

Resultados dos Programas e Ações do Plano Plurianual 2016-2019

Aprovados na Lei Orçamentária Anual de 2017

Sumário

Introdução	2
Visão Geral: O Contexto Socioeconômico	3
Conjuntura Econômica e Finanças Públicas	3
Conjuntura Econômica e Condições de Vida.....	5
PPA 2016-2019: Objetivos Estratégicos	8
Programas e Produtos na LOA 2017	14
Detalhamento das análises sobre os Programas selecionados.....	16
Anexo 1: Resultados dos Programas do Plano Plurianual 2016-2019, aprovados na Lei Orçamentária de 2017	21

Introdução

Este relatório apresenta as informações produzidas pela Secretaria de Planejamento e Gestão, geradas a partir dos processos de monitoramento e avaliação dos resultados dos programas e suas ações aprovados no Plano Plurianual – PPA 2016-2019 e implementados em 2017. Atende, assim, ao Artigo 17 da Lei nº 16.082, de 28 de dezembro de 2015, que instituiu o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e ao Artigo 2º, inciso IV da Instrução 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado – TCE de São Paulo.

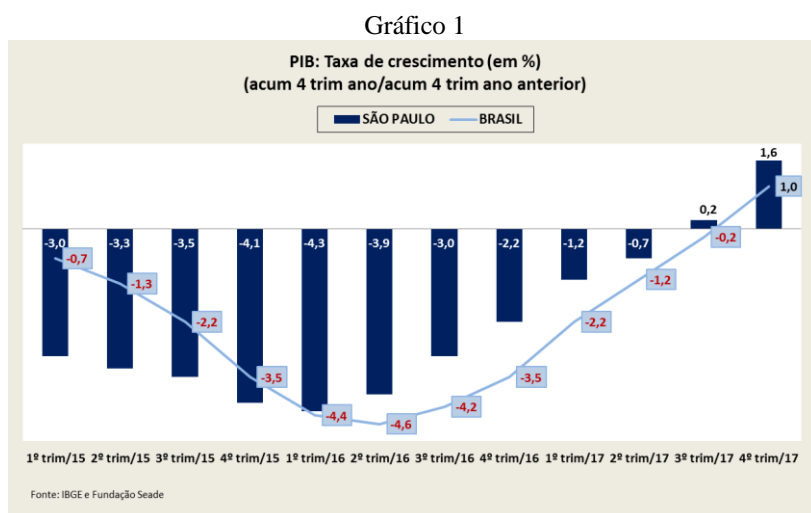
Ele será composto por três seções, além desta introdução. A primeira, denominada Visão Geral, apresenta o contexto socioeconômico em que a Lei Orçamentária foi formulada e executada, com vistas a destacar a complexidade dessas atividades. A segunda e terceira seções procurarão mostrar a atuação estadual propriamente dita, por meio do acompanhamento da evolução dos Objetivos Estratégicos do PPA 2016-2019 e do desempenho dos Programas e metas executados em 2017.

Por fim, são apresentados, no Anexo I, quadros que discriminam esse desempenho por programas, reforçando o entendimento de que produtos e ações são meios para atingir os objetivos dos programas que as contêm.

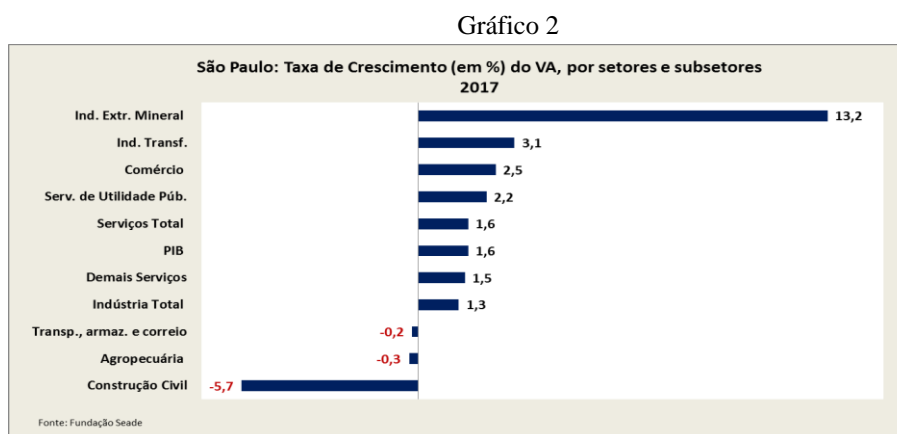
Visão Geral: O Contexto Socioeconômico

Conjuntura Econômica e Finanças Públicas

A economia paulista ao longo do ano de 2017, de forma lenta e gradual, deu continuidade ao seu processo de recuperação econômica, iniciado no segundo trimestre de 2016. Após cinco trimestres registrando resultados negativos, o PIB do Estado alcançou a primeira variação positiva (0,2%) no terceiro trimestre/17, fechando o ano com crescimento de 1,6%, contra 1,0% do PIB nacional (Gráfico 1).

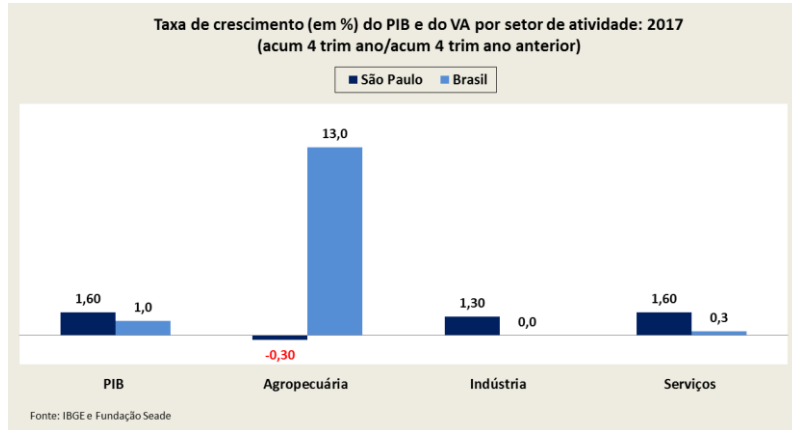


Esse resultado, embora tímido, reflete a incipiente melhora no desempenho do setor industrial (1,3%), particularmente do subsetor extrativo mineral (13,2%) e da indústria de transformação (3,1%), além dos serviços (1,6%) no ano de 2017 (Gráfico 2).



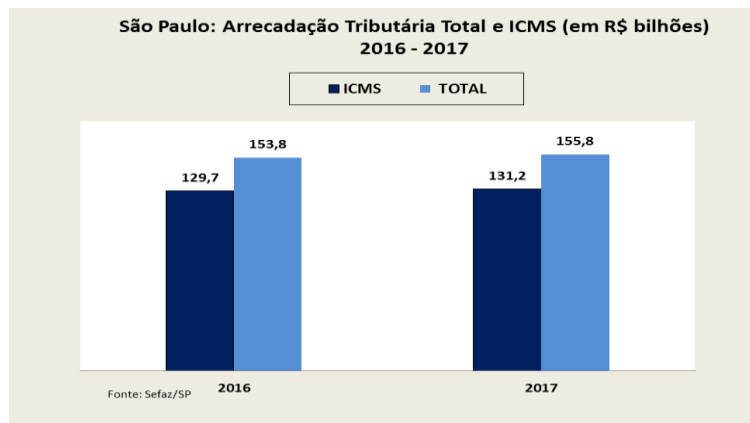
O setor agropecuário, ao contrário do que ocorreu em 2016, apresentou uma queda de 0,3% no acumulado do ano de 2017. No país, a situação foi diferente, já que a agropecuária liderou o crescimento dentre os demais setores, atingindo o patamar de 13% no ano de 2017, puxado pela super safra, principalmente de grãos (Gráfico 3).

Gráfico 3



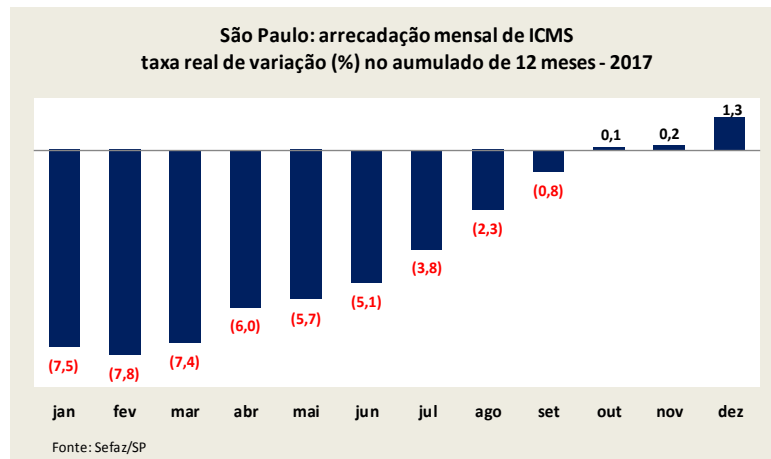
Com efeito, essa recuperação, ainda que limitada a alguns setores da atividade econômica, colaborou para a melhoria nas finanças públicas estaduais, em especial no comportamento de arrecadação do governo paulista. O Gráfico 4 mostra que a arrecadação tributária total acompanhou a trajetória do PIB, registrando um crescimento real da ordem de 1,3% no acumulado de 12 meses em relação ao mesmo período de 2016, somando, em 2017, R\$ 155,8 bilhões.

Gráfico 4



Em relação à arrecadação do ICMS, verifica-se que a partir de outubro/17 o Estado de São Paulo voltou a apresentar taxa real de variação positiva no acumulado de doze meses, reforçando a trajetória ascendente nas contas tributárias estaduais (Gráfico 5).

Gráfico 5

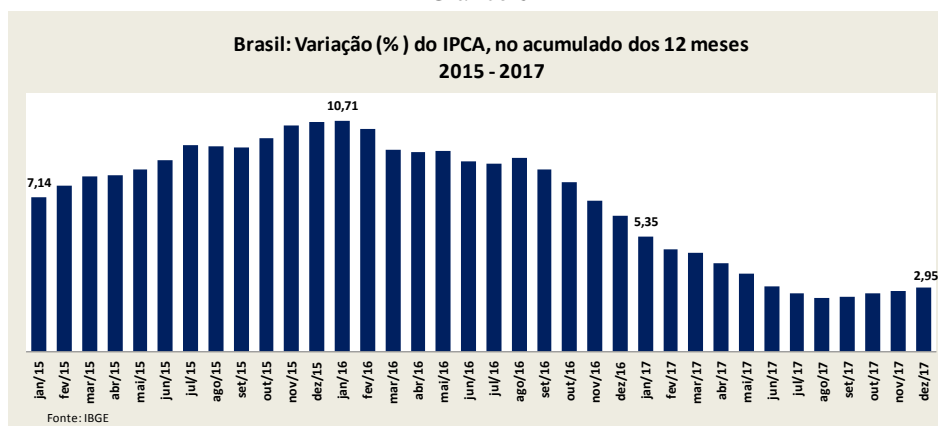


Vale lembrar que a Lei Orçamentária Anual de 2017 previa uma receita tributária de R\$ 151,5 bilhões (LOA 2017, pg. 27), apontando uma redução nominal de quase 1% em relação à mesma receita prevista na LOA 2016 (R\$ 152,9 bilhões). Essa cautela na elaboração das projeções da LOA 2017 pode ser atribuída ao cenário de muita instabilidade que marcou esse período. De qualquer forma, os resultados acima demonstram que, apesar de tudo, o ano de 2017 surpreendeu as previsões inicialmente esperadas, já que a receita tributária total contabilizou um crescimento de cerca de 3,0% em relação ao valor previsto, acompanhada pela expansão de 2,1% do ICMS.

Conjuntura Econômica e Condições de Vida

Ao longo do ano de 2017, o Governo Federal conseguiu reverter o quadro inflacionário no país, reduzindo o IPCA de 6,29%, em 2016, para 2,95%, em 2017, valor abaixo do piso da meta inflacionária estimada pelo Banco Central no início do ano, ou seja, 3,0%.

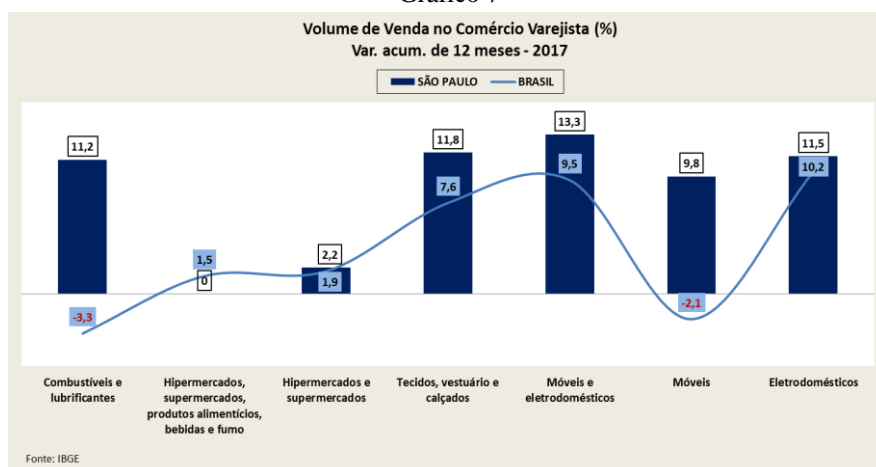
Gráfico 6



Entre os fatores que contribuíram para esse resultado no IPCA destaca-se o grupo de “alimentação e bebidas” (responsável por cerca de ¼ das despesas das famílias) que acusou redução de 1,87% no ano. Este foi o menor resultado e a única vez que o grupo apresentou deflação desde a implantação do Plano Real. Vale lembrar que a produção agrícola de 2017 ficou aproximadamente 30% acima da safra de 2016. Essa super produção agrícola permitiu reduzir o preços do grupos de “alimentos de consumo em casa” em 4,85%. Já as expansões mais expressivas ocorreram nos grupos de “habitação” (+6,26%); “saúde e cuidados pessoais” (+6,53%) e “transportes” (+4,10%).

Além da redução da inflação, a decisão do Governo Federal de liberar os saques das contas inativas do FGTS estimulou as famílias a reduzirem suas dívidas e ampliarem seu consumo, melhorando o comportamento do comércio varejista em 2017 (Gráfico 7).

Gráfico 7

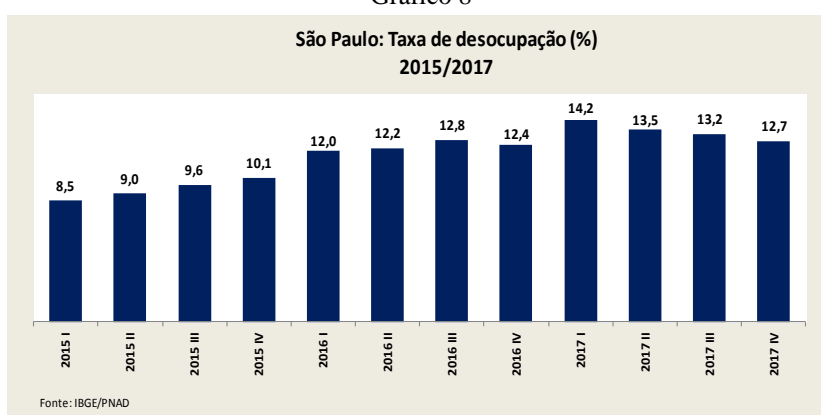


Com relação ao mercado de trabalho, vale lembrar que, entre 2014 e 2017, foram quase 6,5 milhões de desempregados a mais, em todo País, resultando em um crescimento de 96,2%, totalizando 13,2 milhões de pessoas desempregadas. Em termos da categoria dos trabalhadores com carteira assinada, em três anos foram perdidos 3,3 milhões de postos de trabalho, visto que em 2014 havia 36,6 milhões de trabalhadores nessa categoria e ao final de 2017 eram 33,3 milhões. Apenas entre 2016/17, a queda no número de trabalhadores com carteira foi de quase um milhão de pessoas e o número de trabalhadores por conta-própria cresceu 0,7%, representando um contingente de 159 mil pessoas. Em três anos, o aumento foi de 6,5% ou 1,3 milhão de trabalhadores nesta categoria.

Quanto à média anual do rendimento dos trabalhadores no Brasil, esta ficou em R\$ 2.141, em 2017, representando uma alta de 2,4% em relação ao ano anterior. Entretanto, em comparação ao ano de 2014, considerado o maior rendimento da série, o quadro foi de estabilidade.

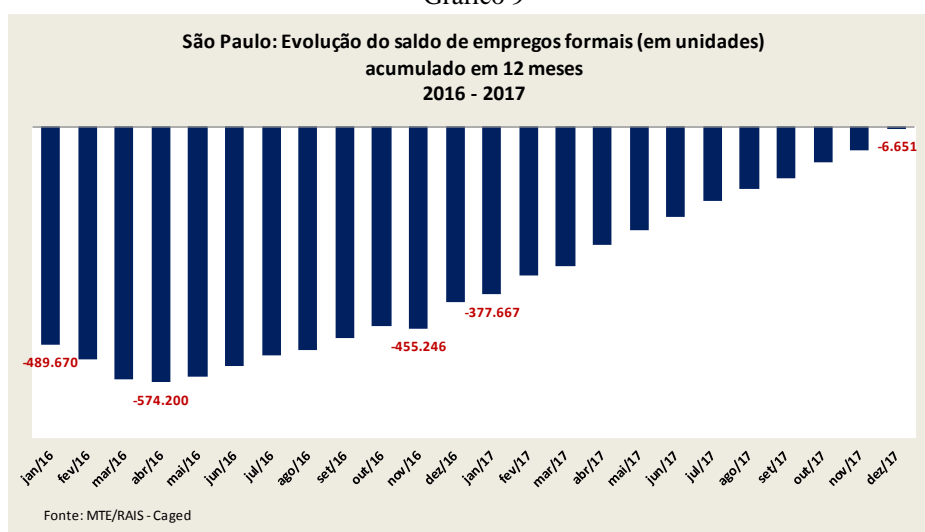
No caso do Estado de São Paulo, verifica-se que ao longo do ano de 2017, houve uma diminuição do ritmo de crescimento da taxa de desemprego, ao passar de 14,2% (1º trim/17) para 12,7% (4º trim/17). Apesar desta tendência, a taxa de desocupação ainda se mantém em patamares elevados (Gráfico 8).

Gráfico 8



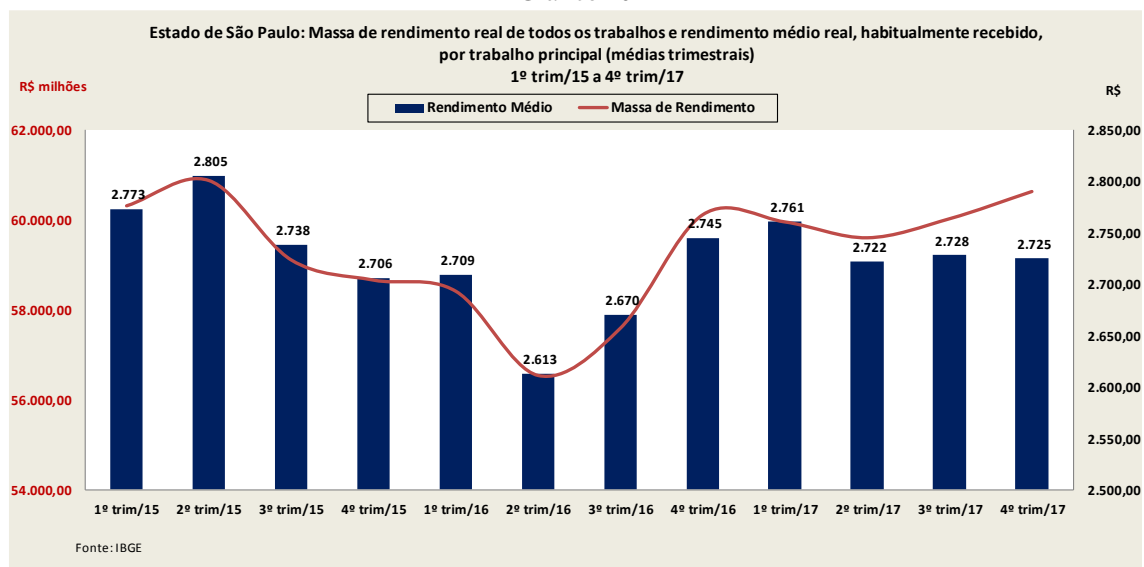
Já em termos de postos de trabalho, o Gráfico 9 indica que a trajetória de evolução do saldo de emprego formal (diferença entre as admissões e desligamentos), acumulado em 12 meses no Estado de São Paulo, vem melhorando gradualmente seus resultados. Observa-se que desde seu pior momento, em abril/2016 quando foi registrado um saldo negativo de 574,2 mil até dez/2017, com a admissão de 4.395,7 mil trabalhadores contra a demissão de 4.402,3 mil demitidos (saldo de -6,7 mil postos), a redução foi intermitente.

Gráfico 9



No que se refere ao rendimento do Estado de São Paulo, ilustrado no Gráfico 10, verifica-se nos últimos três trimestres de 2017, uma estabilidade no valor do rendimento médio em torno de R\$ 2.725, acompanhado porém por uma discreta recuperação na massa de rendimento.

Gráfico 10



Com base nesse conjunto de informações pode-se apreender que o ano de 2017 apresentou melhoras, ainda que discretas, em praticamente todos os indicadores socioeconômicos frente ao ano de 2016. Esse quadro permitiu que o governo do Estado de São Paulo pudesse redimensionar sua pauta de programas no que concerne à execução de sua agenda de políticas públicas.

PPA 2016-2019: Objetivos Estratégicos

A dimensão estratégica do Plano Plurianual (PPA) 2016 – 2019 se expressa nas diretrizes e nos Objetivos Estratégicos. A consecução desses objetivos depende de inúmeros fatores e agentes, entre os quais a ação governamental. Assim, ao associar cada Objetivo Estratégico a um conjunto de indicadores capazes de acompanhar sua evolução, procura-se revelar a comportamento dos principais fenômenos sociais, econômicos e ambientais que ocorrem no Estado de São Paulo, sobre cujas trajetórias o Governo, diretamente, tem restrita capacidade de determinar, mas pretende influenciá-las por meio do PPA. Por tais razões os indicadores não estão associados a metas, mas a tendências esperadas, que podem ou não se materializar, a depender do comportamento dos múltiplos elementos que o influenciam, juntamente com atuação do Governo Estadual. É importante considerar que cada indicador social possui uma temporalidade de apuração diferente, dado que são produzidos por pesquisas diversas. Assim, apesar desse relatório utilizar os dados mais recentes disponíveis, nem sempre é possível analisar o período correspondente ao PPA ou o último ano completo. A seguir, é apresentada uma análise da trajetória dos indicadores de cada Objetivo Estratégico¹ de modo a evidenciar como o Estado de São Paulo tem evoluído na melhoria das condições de vida da população paulista.

Objetivo estratégico 1: São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social

A pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, que não se limita aos critérios de consumo e renda e cujo combate passa, cada vez mais, pela incorporação às políticas públicas das noções de capacidade e liberdade. Reduzir a pobreza envolve, assim, entre outras coisas, capacitar as pessoas para atingir meios sustentáveis de subsistência e combater a exclusão social.

O Objetivo estratégico “São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social” é acompanhado através de quatro índices. O primeiro é o Índice de Gini, que é um indicador que reflete a concentração de renda em determinada população. Quanto mais próximo de “0”, menor é a desigualdade na distribuição de renda. O Índice de Gini da Renda Domiciliar Total do Estado de São Paulo apresenta uma tendência constante de queda a partir do ano de 2003 até 2011, ano em que o indicador apresenta o valor de 0,469. Essa tendência é interrompida no ano de 2012 (0,477) e retomada em 2015 (0,466). Porém, em 2016 há um aumento significativo do índice, com aumento para 0,513, valor semelhante ao observado nos anos iniciais da série histórica. Dentre os principais fatores que influenciam este indicador, as políticas públicas de transferência de renda e salário mínimo, além da taxa de desemprego, apresentam-se como as principais variáveis que sofreram alterações nestes últimos anos.

Já o Indicador Percentual de Pessoas Ocupadas em situação de trabalho vulnerável sobre o total de pessoas ocupadas reflete o quantitativo de pessoas cuja ocupação se dá por vínculos empregatícios que se caracterizam por baixa remuneração e alta rotatividade. Observa-se uma tendência de forte queda neste indicador desde o início do período em análise. Em 2014 há uma inflexão deste comportamento, porém, já no ano de 2015, ocorreu a retomada da tendência de queda no quantitativo de pessoas em situação vulnerável de trabalho, que atinge seu menor nível registrado, para o período em análise, no ano de 2016 (26,02%). No que diz respeito à população com rendimento *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo configura-se como o valor representante da população que vive em condição de miséria. Observa-se, nos últimos anos, uma sequência de altas no valor deste indicador, passando de 3,11% em 2014, para 3,81% em 2015 até atingir o valor de 4,66% em 2016.

O Indicador Razão entre Percentual de Negros e Indígenas com Renda Familiar *per capita* Inferior a um quarto do Salário Mínimo e Percentual de Brancos e Amarelos nessa Faixa de Renda reflete a desigualdade racial, a razão entre o percentual de negros e indígenas que vive abaixo da linha da miséria em relação às outras etnias. O indicador apresentava uma significativa tendência de queda até 2012, ano em que se registrou o menor valor no período em análise (1,61). Em 2013, porém, há uma inflexão na tendência de melhoria (1,73), sendo que no ano de 2016 foi registrado o valor de 2,20. Este comportamento sugere uma maior vulnerabilidade da população negra e indígena frente a cenários de instabilidade econômica.

¹ As séries históricas de cada indicador podem ser acessadas e visualizadas em gráficos no seguinte link: <http://www.painelssesp.planejamento.sp.gov.br>

Objetivo Estratégico 2 – População Educada e capacitada ao desenvolvimento pessoal e profissional, independente de condições físicas, psicológicas, cor, etnia, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, renda e idade

O acesso à educação, nos diferentes níveis de ensino, é decisivo para o desenvolvimento pessoal e o aporte de conhecimento à sociedade, elementos centrais para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos. Este Objetivo Estratégico busca evidenciar o compromisso estatal com a oferta de ensino público de qualidade, sem exclusão daqueles que não tiveram ou não têm acesso à escola, com garantia para a permanência e progresso dos estudantes no sistema educacional.

Verifica-se que, em relação à Educação Básica e ao Ensino Médio, o Estado de São Paulo apresenta indicadores que, além de estar entre os melhores do Brasil, mantêm-se em evolução ao longo dos anos, com tendência de crescimento para o futuro. Assim, a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que correspondeu a 4,7 em 2011 e 5 em 2015, a média de anos de estudo da população entre 15 e 64 anos, que aumentou de 9,22 em 2011 para 9,97 em 2016 e a taxa de escolarização líquida no Ensino Médio, que passou de 67,12% em 2011 para 75,56% em 2016 mostram que São Paulo tem uma população cada vez mais educada, apresentado, nos últimos anos, avanços principalmente nos níveis básico e médio, com tendência de continuidade dessa evolução. É preciso, contudo, ficar atento ao ritmo e qualidade dessa evolução. O indicador que mede a taxa de escolarização bruta no ensino superior também aponta tendência de crescimento, com exceção do ano de 2015, cuja queda se deveu principalmente à crise econômica, que afetou tanto políticas de acesso à educação superior quanto a capacidade das famílias de financiá-la. Em 2016, contudo, essa taxa voltou a se recuperar e crescer, ficando em 40,6%. A continuidade da taxa de crescimento do ensino superior é muito relevante, já que esta é uma dimensão essencial das políticas educacionais e do objetivo de se ter uma população cada vez mais educada.

Objetivo Estratégico 3: Sociedade saudável, com maior qualidade de vida e longevidade.

Uma sociedade saudável é aquela em que não apenas o acesso aos cada vez mais complexos recursos médicos está garantido, mas também aquela na qual se promove um patamar mais igualitário entre os cidadãos, em especial por meio da proteção social à família, à infância, à adolescência e à velhice.

A expectativa de vida no Estado de São Paulo apresenta constante evolução em todos os anos do período em análise, exceto no ano de 2016, em que há uma queda neste indicador. O maior valor registrado foi no ano de 2015, cujo valor observado foi de 75,93 anos, com queda para 75,84 anos no ano subsequente. Esse comportamento de constante evolução é previsto e esperado da expectativa de vida, enquanto a queda em 2016 representa um comportamento anômalo.

Assim como a expectativa de vida ao nascer, a taxa de mortalidade infantil é um indicador que apresenta como comportamento esperado sua constante diminuição. Esta tendência é observada entre os anos de 2000 e 2010, seguida de um período de estagnação entre os anos de 2011 e 2014. Em 2015 (10,66), há uma significativa queda no índice, seguida de um aumento no ano de 2016 (10,91).

A taxa de mortalidade da população entre 15 a 34 anos apresenta uma trajetória de queda constante entre os anos de 2000 e 2008, quando passa a apresentar valores com pequenas variações, para cima ou para baixo, até o ano de 2014. Nos anos de 2015 e 2016, há uma reversão neste quadro de estagnação, tendo sido observadas duas quedas significativas em sequência, com valores observados de 1,09% e 1,04%, respectivamente. A taxa de mortalidade precoce por doenças crônicas não transmissíveis também apresenta um comportamento de tendência de queda até o ano de 2015, atingindo seu menor nível no ano de 2014 (323,4). No ano de 2016, há uma reversão desta tendência, com piora nos índices observados, passando de 324,62, em 2015, para 331,88 no último ano em análise.

Objetivo Estratégico 4 – Sociedade segura, com menos violência e criminalidade.

Sociedade segura depende de ambientes sociais organizados, com ordenamento urbano, controle do uso dos espaços públicos e iluminação adequada, mas é a presença do Estado que permite o acesso à justiça, à custódia prisional humana e segura e a diminuição dos riscos que afetam o cidadão. Isso envolve prevenção, vigilância e ações contra crimes, acidentes de transportes, incêndios e riscos naturais e requer

a integração entre as polícias e demais órgãos públicos e o uso de informações e sistemas inteligentes e de canais de comunicação para proteger pessoas, grupos sociais e áreas vulneráveis.

Os quatro indicadores utilizados para mensuração deste objetivo estratégico apresentaram um melhoramento constante e significativo desde o início da coleta de dados em 2012, exceto o número de encarceramentos, cujo aumento não significa, por si, uma melhora na segurança do Estado de São Paulo. A taxa de homicídio apresentou queda constante desde 2012 (11,53 homicídios por 100 mil habitantes). Em 2017, data do último dado, foram registrados apenas 7,54 homicídios por 100 mil habitantes.

A taxa de encarceramento no sistema penitenciário, em 2012, era da ordem de 596,64 e chegou, em 2016, data dos últimos dados disponíveis, a 702,75 encarceramentos por cem mil habitantes. A taxa de roubo e furto de veículos diminuiu significativamente; em 2012, era de 840,32, e, em 2016, último dado disponível, passou a 691,06 por cem mil veículos. E, finalmente, a taxa de Mortalidade por Acidentes de Transportes apresentou melhoramentos importantes, se, em 2012, registrava-se 18,97, em 2016, teve-se a marca de 12,47 mortes por acidente a cada cem mil habitantes.

Objetivo Estratégico 5 – População com pleno exercício dos direitos de cidadania, como direito à justiça, à proteção social básica, à cultura, ao esporte e ao lazer.

O pleno exercício dos direitos de cidadania significa que: (1) o cidadão, sempre que necessário, esteja apto a utilizar serviços públicos rápidos e eficazes na defesa de seus direitos e na solução de conflitos; (2) exista uma rede de proteção social que inclua os indivíduos à sociedade, em particular aqueles em situação mais vulnerável e (3) que exista à disposição de todos oportunidades para aproveitar seu tempo livre com atividades culturais, esportivas e de lazer.

A análise dos dados entre 2012 a 2016 indicam, em geral, piora nos indicadores que compõem este objetivo estratégico, com exceção do trabalho infantil. A participação da população de 18 a 24 anos que não trabalha e não estuda no total da população nessa faixa etária era de 20,97% em 2012 e atingiu a marca de 27,85%, em 2016. A população de 0 a 14 anos e com 65 anos e mais com renda familiar *per capita* inferior a 1/4 de salário mínimo igualmente aumentou, passando de 5,26%, em 2011, para 5,88% em 2016. A participação da população ocupada de 5 a 13 anos no total da população diminuiu, pois em 2011 correspondia a 0,72% e, em 2016, chegou a 0,2%. E, finalmente, a participação dos vínculos formais de emprego em atividades relacionadas a cultura, esporte e lazer no total de empregos formais teve leve alta: em 2011, era de 0,52%, e, em 2016, passou para 0,59%. A piora dos indicadores pode ser vinculada ao período de crise econômica, que afetou inclusive as taxas de desemprego.

Objetivo Estratégico 6 - Meio ambiente preservado, saudável e sustentável

O compromisso com um meio ambiente preservado, saudável e sustentável abrange ações governamentais para a preservação da natureza, de modo a promover o uso racional dos recursos naturais e prevenir, controlar e mitigar impactos indesejáveis da ação humana, atuando em defesa da vitalidade da biodiversidade e dos ecossistemas.

O IQA (Índice de Qualidade da Água) combina nove variáveis associadas à qualidade da água e varia de 0 a 100. O último dado disponível, do Relatório de Qualidade Ambiental 2016, de 55,5, é referente a 2015 e registra uma piora em relação ao ano anterior, quando se registrou média de 65,93. Isso pode ser atribuído ao prolongado período de seca, em 2014, que diminuiu a capacidade de diluição dos rios, o que se refletiu na qualidade dos corpos hídricos; ao mesmo tempo em que se registraram problemas na operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETE) e aumento de ocupações irregulares.

Conforme ressaltado no Relatório de Qualidade Ambiental 2016, os dados referentes à intensidade de emissão de dióxido de carbono (CO₂) sobre o produto interno bruto (PIB) devem ser vistos com cautela, pois há controvérsias sobre as metodologias usadas para medição das emissões de CO₂, provenientes da queima de combustíveis. Sua retração, em 2015, pode refletir a queda no consumo de gasolina e diesel, em relação a 2014, possivelmente como consequência da menor atividade econômica.

O Índice de Empregos Verdes é considerado um dos sinais de mudanças para um modelo de desenvolvimento baseado na economia verde. Ou seja, através da participação de postos de trabalho em atividades econômicas que contribuem para proteção e restauração dos ecossistemas e da biodiversidade, reduzindo o consumo de energia, materiais e água, por meio de estratégias de prevenção eficazes, descarbonizam a economia e minimizam, ou evitam a geração de resíduos e poluição. No Estado de São Paulo, esse indicador tem se mostrado estável nos últimos anos, na casa dos 7% dos postos de trabalho desde 2011, apontando que há espaço para sua expansão.

O indicador Participação Percentual do Consumo Final de Energia Renovável no Total do Consumo Final de Energia manteve-se estável, em 2015, em relação ao ano anterior conforme consta no Balanço Energético do Estado de São Paulo. No entanto, em 2016 o indicador teve um aumento para 57,1%, evidenciando o avanço em direção a uma matriz energética mais limpa².

Objetivo Estratégico 7 – Urbanização inclusiva, com moradia e infraestrutura adequada em todo território paulista e com mobilidade urbana ampliada.

O enfoque deste objetivo estratégico é tratar da melhor estruturação das condições de vida no contexto urbano, no que diz respeito à garantia de condições adequadas de moradia e de mobilidade urbana, esta última decorrente da oferta de transporte público eficiente, em sistemas estruturadores como o metroferroviário e sobre pneus, da intermodalidade e da permanente manutenção e modernização desses sistemas

O indicador Passageiros Transportados pelas redes de Metrô, da CPTM e da EMTU (Média dia útil, em milhões de passageiros) contrariou a tendência de crescimento observada até 2014, quando foram transportados 9 milhões e 585 mil passageiros, e passou a apresentar retrações, diminuindo para 9 milhões e 538 mil em 2015 e 9 milhões e 372 mil passageiros transportados em 2016, provavelmente, pela menor atividade econômica, que reduz o número de viagens em dias úteis.

Os três outros Indicadores de Impacto do Objetivo Estratégico 7 referem-se a condições habitacionais. As variações negativas, registradas em dois dos três indicadores, possivelmente, refletem o quadro de recessão; o desemprego em alta e a queda dos rendimentos, entre outros fatores podem ter acarretado crescimento de ocupações irregulares, favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, coabitação, entre outros. Os Domicílios com Necessidades Habitacionais (Déficit + Inadequação) são definidos, no caso de déficit habitacional, como domicílios improvisados e domicílios com parede ou cobertura feita de material não durável e, na inadequação habitacional, como os que apresentam componentes tais como ser construído em terreno que não seja próprio, ter banheiro ou sanitário de uso comum a mais de um domicílio, entre diversos outros aspectos. Este indicador tem se mantido em patamares superiores àqueles percebidos em 2012, quando correspondia a 22,60%, atingindo 24,02% em 2016. O Percentual de Domicílios Particulares Permanentes com Espaço Interno Insuficiente, ou seja, domicílios urbanos com menos de três cômodos ou sem banheiro e/ou sanitário, saltou de 1,9% para 2,21% em 2015, mas em 2016 retornou aos mesmos patamares de 2012. O Percentual de Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Infraestrutura Interna Insuficiente, entendido como domicílios urbanos com pelo menos um dos serviços urbanos inadequados (energia, água, saneamento e coleta de lixo), saltou de 3,68% em 2012 para 4,32% em 2016, evidenciando um aumento da precarização dos serviços públicos disponíveis nos locais de moradia.

Objetivo Estratégico 8 – Economia Paulista Competitiva

Os indicadores que medem a competitividade da economia paulista – índice do Produto Interno Bruto Real, PIB *per capita* a preços constantes, saldo da Balança Comercial e total de patentes geradas – refletem uma economia que, assim como toda a economia brasileira, passou por uma grave recessão nos últimos dois anos.

² Extraído da Tabela 2.10 - Participação do Consumo Final – como a soma de: lenha, outras fontes primárias, eletricidade, carvão vegetal, etanol etílico de bagaço de cana.

Desse modo, tanto o índice de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) real quanto o de PIB *per capita* real apresentam tendência de queda desde 2014. Considerando o valor do PIB em 2002 como 100, o índice saiu de 149,6 em 2014 para 140,2 em 2016. Já o PIB *per capita* foi, em valores reais, de R\$32.404,58 para R\$ 29.800,97 no mesmo período. Dada a conjuntura econômica, esses valores deverão começar a se recuperar lentamente a partir de 2018. O saldo da Balança Comercial do Estado mostra uma melhoria nos últimos anos, com diminuição do déficit a partir de 2014. No entanto, esse resultado também decorre da crise econômica, já que reflete mais uma queda nas importações do que uma elevação das exportações. O importante, nos próximos anos, é que o Estado retome a atividade econômica, recomponha o PIB perdido durante a crise e estabeleça boas bases para um crescimento duradouro e sustentável. É importante, para isso, que a economia paulista mostre capacidade estrutural de competitividade, dada pelo aumento da produtividade decorrente do avanço tecnológico e da capacitação dos trabalhadores. Nesse sentido, é preciso que o Estado de São Paulo apresente, entre outros fatores, maior capacidade de gerar patentes, um dos principais índices que medem o avanço científico e tecnológico de uma economia, já que este indicador vem decaindo na última década, saindo de 3.248 para 2.773 patentes geradas em 2015.

Objetivo Estratégico 9 – Cidades integradas, conectadas, territorialmente ordenadas, com melhor acessibilidade a bens e serviços e desequilíbrios regionais reduzidos

A maior coesão territorial requer integração e articulação de ações intra e intergovernamentais que ampliem a eficiência da ação pública e potencializem as vantagens competitivas regionais e locais, sobretudo de comunicação, logística e transportes, além de buscar mecanismos para articular iniciativas públicas e privadas, acelerando a redução das assimetrias sociais e regionais

No que diz respeito aos contextos regionais, o indicador Razão entre o PIB *per capita* da Macrometrópole e o PIB *per capita* Estadual aponta relativa estabilidade, nos últimos quatro anos, indicando que se podem obter ganhos para tentar reduzir os desequilíbrios socioeconômicos entre esses dois domínios geográficos. Já o indicador Percentual de Eixos Rodoviários que Chegam a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, com Nível de Serviço Igual a “A”, “B” ou “C” é calculado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e informa o nível de serviços e as condições de fluidez de uma via, quando ela acomoda diferentes volumes de tráfego. Ele mostra a existência ou não de congestionamento nas estradas, a partir de referências qualitativas que caracterizam as condições de fluxo de tráfego, classificados em seis níveis de serviço, desde o A (condições ideais de escoamento livre) até o F (congestionamento completo). Sua queda, de 62,5% em 2010 para 12,5% em 2015, pode apontar a intensificação do fluxo de veículos, nessas rodovias, o que levou, por exemplo, a realização de obras de ampliação de faixas da rodovia Bandeirantes e da Castello Branco.

O indicador Percentual de Municípios cujo Acesso a uma Rodovia Estadual Pavimentada é Igual a ou Menor que 5 km mostra que as condições de acessibilidade e de infraestrutura de logística e transporte, responsável por aproximar as cidades, facilitar o acesso a bens e serviços e fortalecer a conectividade municipal. A integração entre cidades é, portanto, propiciada pelo acesso rápido a uma rodovia estadual pavimentada: 95% dos municípios do Estado podem alcançá-las a uma distância de apenas 5 km.

Objetivo Estratégico 10 - Sociedade resiliente às mudanças climáticas, com disponibilidade de água para as gerações presente e futuras

Este Objetivo Estratégico trata da capacidade de resposta e controle de atividades prejudiciais ao ambiente e mitigação de seus impactos, com aprimoramento a infraestrutura hídrica de combate às enchentes, além de averiguar se a disponibilidade dos recursos hídricos para a sociedade paulista está sendo assegurada.

O indicador Número Absoluto de Consequências de Acidentes Relacionadas a Desastres Naturais, nos Meses de Verão (dezembro a março) é a soma de acidentes, óbitos e pessoas afetadas por acidentes decorrentes de eventos naturais, registrados em determinado local e período. É divulgado pela Secretaria do Meio Ambiente, no Relatório de Qualidade Ambiental, onde se faz a ressalva de que há heterogeneidade na alimentação do banco de dados. Muitos municípios ainda não aderiram ao sistema estadual e não informam as ocorrências, quer por deficiência na estrutura de defesa civil municipal, quer

pela existência de banco de dados próprios e falta de comunicação entre estes e o sistema estadual. Assim, os resultados obtidos devem ser interpretados a partir desta limitação e refletem os dados registrados, não necessariamente todos os eventos e desastres ocorridos no Estado. Em 2012, foram registrados 15.461 ocorrências, caindo para 10.258 ocorrências em 2015.

Uma área contaminada, base do Índice de Reabilitação de Áreas Contaminadas, pode ser definida como uma área local ou terreno, onde há comprovadamente poluição ou contaminação, causada por quaisquer substâncias ou resíduos que nela tenham sido depositados, acumulados, armazenados, enterrados ou infiltrados de forma planejada, acidental ou até mesmo natural. As áreas contaminadas são classificadas: em área contaminada, sob investigação; área em processo de monitoramento para reabilitação; e área reabilitada para uso declarado. Esse indicador tem evoluído de forma positiva nos últimos anos, saltando de 29% em 2012 para 44,5% em 2015, refletindo a constante atuação de fiscalização e licenciamento dos postos de combustíveis, das fontes industriais e comerciais, de tratamento e disposição de resíduos e do atendimento a acidentes pela CETESB, o que resulta na identificação crescente de antigos passivos ambientais existentes no território.

O indicador Balanço Hídrico da UGRHI³ do Alto Tietê reflete a disponibilidade hídrica superficial, estimada por meio de vazões de referência, e representa a vazão média de água presente na bacia durante o ano. O balanço hídrico apresentado mostra a relação entre a demanda total e a vazão de referência. Os valores resultantes dessa relação são classificados quanto à sua criticidade em: Crítico (maior que 20%); Atenção (entre 10% e 20%) e; Bom (menor que 10%). Os resultados, portanto, podem ser considerados preocupantes, pois se mantém acima do valor considerado crítico desde 2011, quando correspondia a 78,7%. Em 2016, último valor de referência, o resultado ficou em 66,1%.

Objetivo Estratégico 11 – Gestão Pública Inovadora

Uma gestão pública inovadora é um objetivo estratégico fundamental para o Estado, já que a eficiência e a efetividade dos gastos públicos, bem como a boa execução de projetos e programas, além do bom atendimento ao cidadão são questões essenciais para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Desse modo, considerando a inerente restrição de recursos, o Estado deve encontrar maneiras inovadoras de melhorar a qualidade do gasto público, planejar e gerir programas e oferecer serviços de qualidade ao cidadão. A inovação governamental pode ser entendida como o processo de geração e implementação de novas ideias com vistas à criação de valor para a sociedade, com foco interno ou externo à administração pública. Sua busca se justifica pelo surgimento de problemas cada vez mais complexos de demandas por melhores serviços e maior participação na formulação das políticas públicas.

Os quatro indicadores que compõem este Objetivo Estratégico refletem um esforço do Estado em atingir esse objetivo. O Estado de São Paulo mostra bons resultados nesses indicadores, apresentando variação negativa nos últimos anos apenas no indicador de economia realizada através do pregão eletrônico, que atingiu a marca de 29,86% em 2011, mas decaiu para 25,5% em 2015. Já o índice de satisfação dos usuários de Detran, do Acesso São Paulo e Poupatempo, apresentou nível de satisfação de 94,6% em 2015 com os serviços prestados. O índice de cumprimento das metas dos programas do Plano Plurianual (PPA) apresentou índice de cumprimento de 82,4% e a nota de transparência dada pela Controladoria Geral da União (CGU) aos governos estaduais se manteve com nota 10 de 2014 a 2016.

³ As UGRHIs são Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos e foram determinadas pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que estabeleceu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Programas e Produtos na LOA 2017

O PPA 2016-2019, com a revisão vigente a partir de 2017, apresentou um conjunto de 136 programas entre finalísticos, de melhoria de gestão de políticas públicas e de apoio administrativo. A despeito das alterações realizadas – necessárias quando se trata de planejamento de médio prazo – as iniciativas do PPA mantêm-se orientadas para a consecução dos onze objetivos estratégicos definidos pelo governo para nortear o planejamento dos órgãos do estado.

Em 2017, a Lei Orçamentária Anual – LOA dotou recursos para 133 programas⁴, que agregam 570 produtos e 635 ações orçamentárias. A esses programas a LDO 2017 estabeleceu metas de resultados de programas e a LOA 2017, metas de produtos a serem cumpridas ao longo do exercício.

Em relação aos valores orçamentários envolvidos na execução dos programas aqui analisados, seguem algumas constatações. A dotação inicial estabelecida pela LOA 2017 foi de aproximadamente R\$ 206,4 bilhões, excetuadas as transferências intragovernamentais. O conjunto de programas de que trata este relatório teve como dotação inicial, estabelecida na LOA 2017, o montante de R\$ 169,1 bilhões, o que equivale a 81,9% do total. Sua dotação atualizada foi de 176,5 bilhões, dos quais 94,77% foram liquidados (R\$ 167,3 bilhões).

Esses programas foram executados por 30 órgãos,⁵ dos quais 24 do Poder Executivo. Os seis restantes são a Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, do Poder Legislativo, o Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça Militar, do Poder Judiciário, além do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.

Alguns programas da LOA 2017 merecem destaque em razão do volume de recursos orçamentários para sua execução. A **Tabela 1** indica os seis programas que, somados, representam mais de 40% do orçamento em 2017. Note-se que a taxa de execução orçamentária desses programas foi satisfatória no ano em questão.

Tabela 1

Dotação atual, valor liquidado e taxa de execução orçamentária dos programas cuja dotação atual representou mais de 40% do total. Estado de São Paulo: 2017

Cód. Prog.	Programa	Dotação atual	Liquidado	% Execução Orçamentária	% do Orçamento
0930	ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	18.003.976.689	17.838.598.976	99,1%	10,7%
1819	AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO E DEFESA AO CIDADÃO	14.489.748.714	14.222.292.026	98,2%	8,5%
0800	GESTÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13.809.253.006	13.798.747.115	99,9%	8,2%
0303	PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	12.149.113.070	12.017.311.231	98,9%	7,2%
0815	MANUTENÇÃO E SUPORTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.642.529.220	9.548.490.087	99,0%	5,7%
1043	ENSINO PÚBLICO SUPERIOR	5.358.913.688	5.272.490.133	98,4%	3,2%

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

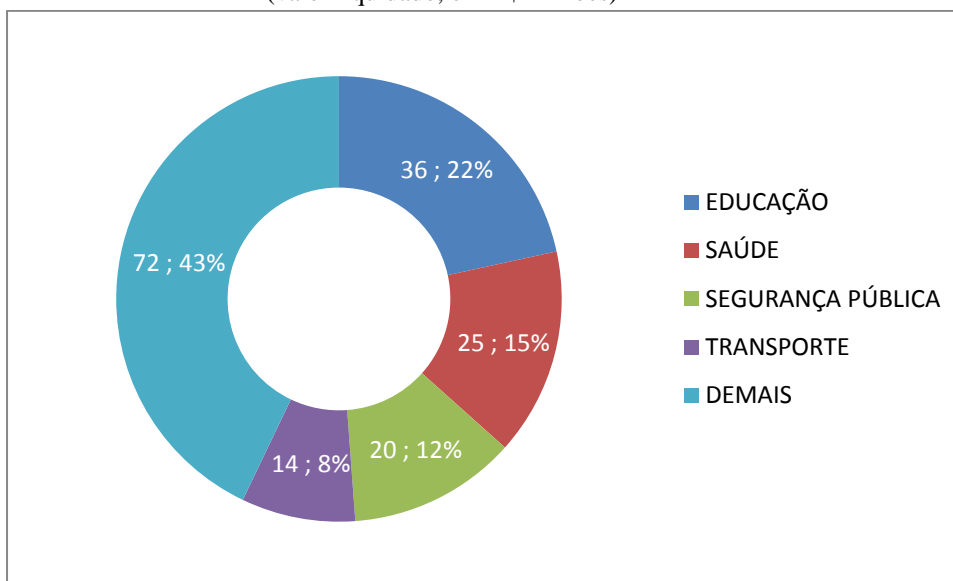
Levando em consideração a classificação funcional das despesas, as associadas aos programas contemplados neste relatório apresentaram os valores expressos no **Gráfico 11**. Como se vê, as mais relevantes são as dirigidas às funções Educação, Saúde, Segurança Pública e Transporte, a última uma das que concentram grande parte dos investimentos do Estado.

⁴ A LOA 2017 também alocou recursos para os programas 00 – Encargos; 01- Participação Societária; 102 – Obrigações Previdenciárias em Complementação; 2101 – Transferências Financeiras; e 9999 – Reserva de Contingência, que não serão considerados neste relatório por não terem produtos associados a metas físicas.

⁵ Excluídos Administração Geral do Estado e Reserva de Contingência, cuja natureza não se coaduna com o objetivo deste relatório, uma vez que os programas que executam não comportam ações associadas a metas.

Gráfico 11

Valor e distribuição das despesas do Governo do Estado de São Paulo, segundo funções selecionadas (valor liquidado, em R\$ Bilhões)

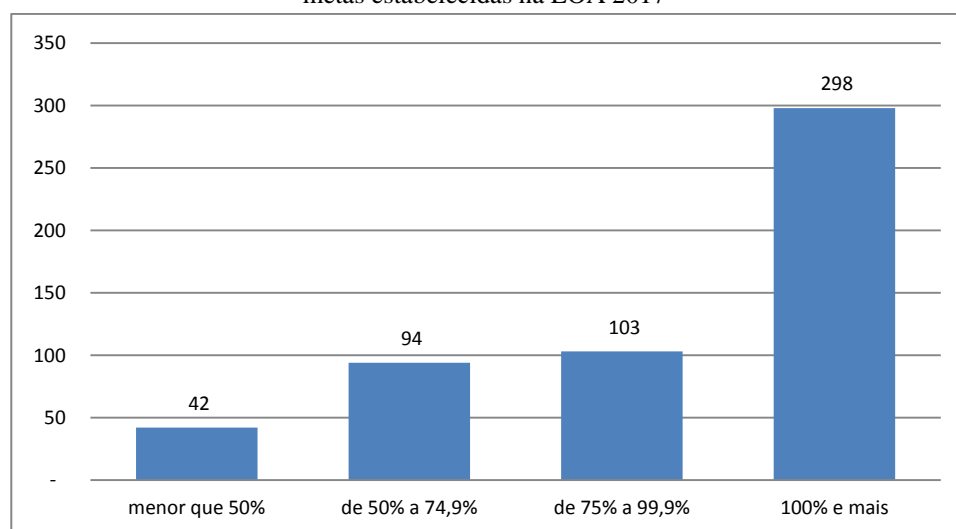


Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Um balanço geral do desempenho dos produtos entregues pelas ações do Poder Executivo está expresso no **Gráfico 12**.⁶ Dos 537 produtos ali considerados, 298 atingiram ou superaram as metas definidas na LOA (55,49%). Outros 103 (19,18%) apresentaram bom desempenho, uma vez que cumpriram mais de 75% de suas respectivas metas. Com desempenho médio (de 50,0% a 74,9%) foram identificados 94 produtos (17,5%) e outros 42 (7,82%) com baixo desempenho (menos que 50%).

Gráfico 12

Número de produtos ofertados pelos Programas do Poder Executivo, segundo o grau de atingimento das metas estabelecidas na LOA 2017



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão – SimPPA.

⁶ Para elaborar o Gráfico 12, foram considerados com 100% de desempenho os produtos sem meta declarada na LOA 2017, mas com efetiva realização.

Tais resultados devem ser analisados com cuidado, vez que, no Gráfico acima, os produtos foram tomados como unidade de análise. Apenas contabilizar o grau de cumprimento da meta de cada produto, tomado isoladamente, pode levar a entendimentos enganosos quanto aos efetivos resultados da atuação governamental. Ao fazê-lo, foram subdimensionados dois elementos centrais para o entendimento dos resultados da atuação governamental. De um lado, desconsiderou-se que o resultado isolado de um produto não permite inferir em que medida o programa que o contém cumpriu seu objetivo, uma vez que o sucesso de um programa depende do bom desempenho do conjunto de seus produtos. De outro, desconsiderou-se também que volume de recursos orçamentários alocados a cada produto é extremamente heterogêneo, de modo que o significado e os efeitos da execução de cada produto tendem a ser muito diferentes entre si.

Para minimizar as dificuldades já expostas de se analisar o desempenho governamental tomando os produtos como unidade de análise, optou-se por incluir, na sequência deste relatório, as informações sobre o desempenho de um grupo de programas do Plano Plurianual, executados em 2017.

Apresentar à sociedade uma síntese dos avanços obtidos em uma gama tão ampla de ações é um desafio e, nesse sentido, o balanço ora apresentado tratou os programas a partir do “agrupamento” dos onze objetivos estratégicos, entendendo que as iniciativas das secretarias destacadas em cada um deles convergem para o atingimento dos objetivos governamentais. As análises destacam pelo menos um programa de cada secretaria, ressaltando aqueles de maiores peso orçamentário e impacto social.

São esses os agrupamentos e as secretarias cujos programas foram analisados:

- Objetivos 1 e 5 (São Paulo sem Pobreza e Direitos de Cidadania) - Emprego e Relações do Trabalho; Cultura; Justiça e Defesa da Cidadania.
- Objetivos 2 e 8 (População Educada e Economia Paulista competitiva) – Educação; Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia e Inovação.
- Objetivo 3 (Sociedade Saudável) - Desenvolvimento Social; Saúde.
- Objetivo 4 (Sociedade Segura) – Segurança Pública e Administração Penitenciária.
- Objetivos 6 e 10 (Meio-ambiente Preservado e Sociedade Resiliente às Mudanças Climáticas) - Agricultura e Abastecimento; Meio Ambiente; Saneamento e Recursos Hídricos; Energia.
- Objetivos 7 e 9 (Urbanização Inclusiva e Cidades integradas) – Habitação; Logística e Transporte; Transportes Metropolitanos.
- Objetivo 11 (Gestão Pública Inovadora) - Governo, Planejamento e Gestão; Fazenda.

Detalhamento das análises sobre os Programas selecionados

Objetivos 1 e 5 - São Paulo sem Pobreza e Direitos de Cidadania

Assim como já apontado, a pobreza é um fenômeno multidimensional e seu combate envolve ações em diversas áreas tais como a capacitação das pessoas para atingir meios sustentáveis de subsistência e o combate à exclusão social por meio da Cultura. Associada às iniciativas de promoção dos direitos de cidadania, tem-se, também, a necessidade de proteger um dos estratos mais vulneráveis da sociedade, qual seja, os adolescentes em situação de internação ou de semiliberdade, que passam por medidas socioeducativas, visando o melhor retorno ao convívio social. No contexto dos programas que representam os objetivos estratégicos 1 e 5, destacam-se iniciativas, respectivamente, da Secretaria do Emprego e das Relações de Trabalho, da Cultura e da Justiça e Defesa da Cidadania.

O **Programa 2302 – Sistema público de emprego e renda** apresenta quatro produtos, nos quais se destacam, em termos de atingimento de metas e de destinações de recursos: 1) a qualificação de trabalhadores por meio da contratação de instituições especializadas em cursos de qualificação e orientação profissional; e 2) a bolsa auxílio com qualificação profissional, ou seja, o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego, criado em 1999 e também conhecido como Frente de Trabalho, iniciativa que proporciona qualificação profissional e renda para cidadãos que estão desempregados e em situação de alta vulnerabilidade social. Ainda na SERT destaca-se o programa **2308 – Relações de trabalho e empreendedorismo**, em cujo contexto está o Banco do Povo Paulista, programa de

microcrédito produtivo que oferece financiamento para empreendedores formais ou informais, associações e cooperativas produtivas ou de trabalho, garantindo capital de giro e investimento fixo, e que concedeu mais de 26.000 créditos em 2017.

Na Secretaria da Cultura destaca-se o programa **1213 – Gestão da política estadual da Cultura**, que congrega os esforços do estado em melhorar sua atuação na área por meio das Organizações Sociais. As organizações sociais de cultura são instituições não-governamentais, associações ou fundações de direito privado e sem fins lucrativos que atuam na área cultural, qualificadas a partir de critérios definidos em lei para atuar em parceria com o governo do Estado, na gestão de seus programas culturais, equipamentos e grupos artísticos. O modelo foi adotado no estado em 2004 e registra, hoje, 17 OSs com contratos de gestão vigentes em áreas como museus, dança, música e difusão cultural.

No contexto da promoção dos direitos de cidadania, tem-se o Programa **1729 – Atenção ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e cautelar**, sob gestão da Secretaria da Justiça, e que retrata a atuação da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA). A Fundação presta assistência a jovens de 12 a 21 anos incompletos em todo estado; eles estão inseridos nas medidas socioeducativas de privação de liberdade (internação) e semiliberdade, que são determinadas pelo Poder Judiciário e aplicadas de acordo com o ato infracional e a idade dos adolescentes. É importante registrar que os três indicadores que pretendem medir o desempenho do programa dependem da atuação do Poder Judiciário, responsável pelo encaminhamento dos jovens à Fundação e cujo número sofreu redução.

Objetivos 2 e 8 - População Educada e Economia paulista competitiva

A relação entre a educação e os resultados econômicos não é linear, mas pesquisas apontam de maneira consistente para o papel da educação na construção das principais bases de desenvolvimento de uma sociedade, influenciando de forma decisiva nos indicadores sociais. Não por outra razão, os programas que compõem os Objetivos 2 e 8 congregam os esforços governamentais na formação de indivíduos, seja para o exercício da cidadania, seja para o enfrentamento dos desafios da vida profissional. Trata-se das iniciativas que cobrem da Educação Básica à Superior, passando pelas técnicas e tecnológicas e de claro impacto para o desenvolvimento econômico.

Sob gestão da Secretaria da Educação estão os Programas **800 – Gestão pedagógica da Educação Básica** e **815 – Manutenção e suporte da Educação Básica**. Quanto ao primeiro, sua complexidade é proporcional ao seu peso orçamentário, que inclui todo o investimento com a folha de pagamento dos professores. Composto de doze produtos que tentam cobrir a complexidade das intervenções pedagógicas, seus três indicadores de resultado, todos referentes ao IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo tiveram desempenho acima da meta. Quanto ao Programa 815, em que pesem as dificuldades nos componentes de manutenção mais pesados como obras e outras intervenções em prédios escolares, atingiram-se as metas relativas ao transporte de alunos, ao fornecimento de alimentação e à disponibilização de materiais e serviços de tecnologia de informação, com progressos nos dois indicadores – taxa de escolarização no Ensino Fundamental de 9 anos e taxa de escolarização no Ensino Médio.

Já as iniciativas na área de ensino técnico de nível médio, ensino tecnológico superior e ensino superior são geridas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia, Ciência e Inovação. O programa **1039 – Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica** terminou 2017 atingiu as principais metas relativas aos concluintes dos cursos. O programa reflete a atuação do Centro Paula Souza que, presente em aproximadamente 300 municípios, administra 222 Escolas Técnicas (Etecs) e 71 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, com cerca de 290 mil alunos. O programa **1043 – Ensino Público Superior**, que congrega a atuação de algumas das principais universidades públicas do país - Unicamp, Unesp, USP, Univesp ultrapassou a meta relativa ao número de alunos matriculados na Graduação no ano: 117.508.

Objetivo 3 - Sociedade Saudável

A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) - dentro da premissa de acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde a todo cidadão brasileiro – é, provavelmente, o maior desafio da Secretaria da Saúde do estado. Seus esforços nesse sentido refletem-se em dois programas: o **930 – Atendimento integral e descentralizado no SUS/SP** e o **940 – Fortalecimento da gestão estadual do SUS**. O Programa 930 engloba os atendimentos de saúde de alta e média complexidade feitos no contexto de uma intrincada governança, envolvendo: hospitais da administração direta e indireta; unidades geridas pelas

Organizações Sociais; e entidades contratadas e conveniadas pela gestão estadual. O programa também contempla o estímulo à atenção básica, por meio de convênios que preveem apoio técnico e financeiro aos municípios. De gestão complexa, o programa é aquele que recebe a maior dotação orçamentária do estado e que apresenta indicadores de impacto bastante sensíveis, todos com desempenho compatíveis com as metas em 2017. O programa 940 atua na estruturação do sistema de gestão e das redes regionais de saúde, incluindo obras, capacitação de gestores e iniciativas para atendimento de cinco regiões de saúde, prioritariamente: Litoral Norte, Vale do Ribeira, Itapeva, Vale do Jurumirim e Região Metropolitana de Campinas. O Programa conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Sob gestão da SEDS, o programa **3500 – Enfrentamento à extrema pobreza** apresenta duas principais linhas de atuação: a transferência de renda e a segurança alimentar. Quanto à primeira, são atendidos três públicos: jovens de 15 a 24 anos que recebem apoio financeiro temporário, como forma de incentivar a conclusão da escolaridade (Ação Jovem); famílias em situação de vulnerabilidade (Renda Cidadã); e idosos acima de 80 anos e com renda mensal de até meio salário mínimo (Renda Cidadã – benefício idoso). Trata-se de iniciativas cujo desempenho será melhorado com os esforços da Secretaria de unificar o sistema estadual (Portal Social Paulista) com o cadastro do governo federal (Cadúnico). Esse processo de mudança está acontecendo pela implementação de projetos pilotos e é bastante dependente do município, que deve fazer a busca ativa do beneficiário. Quanto à segurança alimentar, as iniciativas são o Vivaleite e o Bom Prato, ambas com o objetivo de minimizar os efeitos da pobreza pela garantia do acesso da população a alimentos. O Vivaleite é um programa de distribuição gratuita de leite pasteurizado pra crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses e também idosos. Atua na Capital e na Região Metropolitana e tem como foco famílias com renda mensal de até 1/4 de salário mínimo *per capita*. Atendeu um público de 357.377 pessoas em 2017. O Bom Prato é uma rede de 53 restaurantes (22 na Capital, nove na Grande São Paulo, seis no litoral e 16 no interior) que oferecem almoço ao preço de R\$ 1,00. Em 2017 foram servidas 20.363.577 refeições.

Objetivo 4 - Sociedade Segura

A Segurança Pública não deve ser entendida em seu significado mais limitador, qual seja, o de implementação de medidas repressivas e de vigilância, mas, sim, em seu contexto mais amplo, como um sistema integrado que envolve justiça e defesa dos direitos; que se inicia pela prevenção e se completa com o tratamento das causas da violência e na reinclusão social. Os desafios são consideráveis e aparecem, aqui, em três programas, da Segurança Pública e da Administração Penitenciária.

Sob gestão da Segurança Pública estão os programas **1801 – Ampliação da investigação policial** e **1819 – Ampliação da proteção e defesa ao cidadão**. O primeiro congrega as atividades da Polícia Judiciária, Administrativa e Especializada na diminuição da criminalidade (em especial, crime organizado, narcotráfico e homicídios) e registrou avanços em ambos os indicadores: quantidade de entorpecentes apreendidos e taxa de elucidação de homicídios. Já o programa 1819 concentra seus esforços no policiamento ostensivo e na melhora da infraestrutura da Polícia Militar, tais como suporte, instalações e capacitação de servidores. Um dos principais objetivos de médio prazo é intensificar o componente da inteligência da segurança pública permitindo, por exemplo, diminuir o tempo de atendimento às ocorrências de natureza urgente, um dos indicadores do programa.

Na Secretaria de Administração Penitenciária destaca-se o programa **3813 – Gestão da Custódia da População Penal**, que engloba ações de: criação de vagas; provisão de serviços de saúde; atendimento às necessidades materiais básicas dos custodiados; e automatização e cela, todas objetivando garantir a dignidade dos indivíduos durante sua permanência no sistema penitenciário. O programa termina 2017 atendendo 225.874 custodiados.

Objetivos 6 e 10 – Meio ambiente e Sociedade Resiliente às Mudanças Climáticas

Os temas relativos à preservação ambiental tornam-se mais presentes à medida em que os efeitos da mudança climática se estendem para aspectos fundamentais da manutenção das sociedades humanas, tais como a disponibilidade e sustentabilidade da água e do saneamento; o acesso à energia a preços acessíveis; e a produção de alimentos no contexto de uma agricultura sustentável. Trata-se da implementação de políticas de grande intersetorialidade e nas quais a fronteira entre a atuação da União, dos estados e dos municípios é tênue. Nesse segmento, destacam-se iniciativas da Secretaria da Agricultura, do Meio Ambiente, do Saneamento e Recursos Hídricos e da Energia.

O programa **1315 – Gestão das Agropolíticas Públicas** tem como objetivo implantar políticas governamentais na área de agricultura e abastecimento nas diversas cadeias produtivas. Inclui ações

como: subvenções aos produtores rurais; crédito para expansão do agronegócio; convênios com órgãos públicos para o desenvolvimento local; e o Melhor Caminho, iniciativa que recupera as vias rurais e contribui para o combate ao assoreamento de rios e à degradação das pastagens. O indicador do programa registrou aumento na produção agrícola.

No Meio ambiente, o programa **2604 – Monitoramento da qualidade e redução da pegada ambiental** tem como um de seus principais focos o importante processo de licenciamento ambiental. Observou-se evolução em relação às metas estabelecidas para os indicadores de programa, resultando em melhor atendimento à população servida por aterros de resíduos urbanos adequados, melhores condições de balneabilidade das praias, melhoria da qualidade dos rios e reservatórios e ainda na melhoria na qualidade do ar medida pela rede de monitoramento.

No campo dos Recursos Hídricos, destacam-se os Programas **3907 – Infraestrutura hídrica, combate a enchentes e saneamento**; e **3933 – Universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário**, que se referem à atuação de duas importantes entidades, o DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) e a Sabesp - Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo .

Quanto ao programa 3907, no que diz respeito ao componente **saneamento**, trata-se das iniciativas de apoio aos municípios em suas ações de tratamento e afastamento dos **esgotos**. Embora as metas do indicador de resultado tenham sido atingidas, há questões de gestão complexas, em especial porque, nessas iniciativas, o DAEE atua por via de convênios com os municípios. A iniciativa Água Limpa, por exemplo, está sendo remodelada - os convênios passarão a ser de responsabilidade integral dos municípios, com transferência de recursos por meio da Desenvolve SP. O combate às **enchentes** prevalece no contexto dos **piscinões** e da **drenagem**. Destaquem-se os esforços de desassoreamento da calha do Tietê, que passará a contar com recursos do BID; a inauguração de Guamiranga em fevereiro de 2017; e a utilização, partir de 2018, de recursos do financiamento do BID para as obras de Baquirivu-Guaçu.

Quanto ao programa 3933, tem-se as iniciativas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto nos municípios atendidos pela Sabesp; as três atribuições são medidas pelos indicadores de programa e suas metas vem sendo atingidas. A supervisão e fiscalização das companhias estaduais de saneamento das quais são controladores é um dos principais papéis do estado na complexa governança entre a União e os entes federados na busca da universalização do acesso ao saneamento básico; em São Paulo, as discussões aprofundaram-se com projeto de lei que cria uma holding para atrair investidores interessados em explorar o saneamento básico, sem que o Estado deixe de ter controle sobre Sabesp.

Objetivos 7 e 9 - Urbanização Inclusiva e Cidades Integradas

No Brasil, assim como em outros países emergentes, nos quais os processos migratórios aconteceram de forma rápida e pouco ordenada, a urbanização ainda é um desafio a vencer; os problemas mais graves encontram-se nas grandes cidades, nas quais urge a oferta de moradias acessíveis, a oferta de transporte público de qualidade, e a garantia de infraestrutura básica e serviços necessários que atendam as crescentes populações urbanas, mas gerem baixo impacto ambiental. Nesse contexto, as secretarias e programas contemplados envolvem iniciativas nas áreas habitacionais, de logística e de transporte metropolitano, compondo um cenário complexo e variado de iniciativas.

Na Secretaria da Habitação destaca-se o **Programa 2508 – Provisão de moradias**, que busca atuar na demanda habitacional de interesse social, seja por meio da execução direta da CDHU ou da execução de parcerias. Cabe o registro de que o período de crise impactou o alcance das metas de moradias viabilizadas em relação ao déficit habitacional.

Já na Secretaria de Logística e Transporte aparecem dois programas sob gestão do DER, que dizem respeito à malha rodoviária, a saber, o **1605 – Gestão, Operação e Segurança de Rodovias** e o **1606 – Adequação da malha rodoviária**. O Programa 1605 engloba as rodovias sob gestão do DER e tem como foco atividades que buscam o aumento da segurança e a diminuição dos acidentes nas estradas. O segundo engloba as obras e intervenções de maior porte; das obras nos diferentes trechos da Tamoios, incluindo a PPP; as obras de duplicação e recuperação de rodovias estaduais que contam com recursos internacionais; e obras complementares/de compensação ambiental.

Na Secretaria dos Transportes Metropolitanos destacam-se os programas **3706, 3707 e 3708**, todos relativos à implantação do **PITU – Plano Integrado de Transportes Urbanos**, nas seguintes

modalidades, respectivamente: transporte intermunicipal (EMTU); transporte ferroviário urbano (CPTM); e Metrô. Todos os programas realizaram redirecionamento de investimentos, sempre viabilizando a conclusão dos contratos em andamento bem como a contratação das atividades e projetos imprescindíveis à conclusão de empreendimentos em fase avançada de implantação e para os quais já haviam sido direcionados importantes recursos financeiros, de forma a consolidar o retorno desses investimentos em benefício dos usuários do transporte público metropolitano e da população em geral. Algumas das iniciativas continuadas foram a ampliação do Programa de Corredores Metropolitanos e a conclusão do trecho Terminal Barreiros-Terminal Porto do VLT na Baixada Santista (incluindo a entrega de novas estações).

Objetivo 11 - Gestão Pública Inovadora

Destacam-se aqui três iniciativas nas quais o estado de São Paulo vem buscando formas diferentes de inovar: a atuação da Desenvolve SP, sob gestão da Secretaria da Fazenda; o fornecimento de serviços públicos por meio do Acessa SP e Poupatempo (Secretaria de Governo); e do Detran (Secretaria do Planejamento).

A Desenvolve SP, instituição financeira do Governo do estado, tem sua atuação consolidada por meio do Programa **2005 – Fomento ao desenvolvimento socioeconômico**. A organização oferece opções de financiamento de prazos longos e com taxas de juros mais competitivas, em especial para as pequenas e médias empresas. Objetiva-se, assim, melhorar a situação de emprego e renda e, conseqüentemente, apoiar o desenvolvimento do estado. Suas principais formas de atuação estão representadas em três dos cinco produtos que compõe o programa: equalização de taxas de juros, repasse de recursos ao Banco do Povo e apoio à implantação de parceria público privadas (PPPs).

Sob gestão da Secretaria do Governo está o Programa **5110 – Tecnologia para um governo único orientado ao cidadão**, que engloba duas importantes iniciativas: Acessa SP e Poupatempo. O Acessa São Paulo é um programa de inclusão digital criado em 2000, originalmente com o objetivo de garantir acesso grátis à internet; foi reformulado em 2016, de forma a passar a oferecer conteúdos digitais diversos. Os postos do Acessa SP estão instalados na Capital e em mais de 500 municípios e funcionam em parceria com prefeituras e demais órgãos públicos. O Poupatempo, criado em 1997, é um dos mais longevos programas do governo do estado, reunindo em um único local um amplo leque de órgãos e empresas e disponibilizando à população serviços como emissão de Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Licenciamento de Veículos, Atestado de Antecedentes Criminais e Carteira de Trabalho. Os índices de satisfação dos usuários com os dois serviços compõem os indicadores de resultados do Programa e ambos cumpriram as metas previstas.

O Programa **2926 – Um novo Detran para São Paulo** reflete a reestruturação do órgão no sentido de implementar formas mais inovadoras de atuação. Os objetivos do processo de mudança foram revisar, simplificar, descentralizar e ampliar a prestação dos serviços, aproximando-se do padrão de atendimento do Poupatempo. Os indicadores do programa refletem a satisfação do usuário e as unidades modernizadas, e ambos atingiram as metas fixadas.

Anexo 1: Resultados dos Programas do Plano Plurianual 2016-2019, aprovados na Lei Orçamentária de 2017